

# CUT **SINTSEF** 35 anos

CONDSEF/FENADSEF

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ | Fundado em 16/04/1989, no 1º Congresso Estadual da Categoria

## Relator trava votação e adia reajuste dos servidores previsto para janeiro



Foto: Letícia Alves/Sintsef-CE

**NESTA EDIÇÃO** | No Dia Internacional das Mulheres, milhares tomaram as ruas em todo o país para reivindicar direitos, igualdade e melhores condições de trabalho. O Sintsef-CE esteve presente no ato em Fortaleza, reforçando a luta das trabalhadoras das empresas e do serviço público e a importância da mobilização para garantir avanços. Confira!

### na base

Confira a luta pela aprovação do orçamento, tabelas salariais e a mobilização do 8 de março

Pág 3 a 6

### empresas públicas

Negociações em andamento! Saiba as últimas atualizações sobre o ACT da Ebserh e da Conab

Pág 7

### e mais...

Condsef/Fenadsef propõe emendas para corrigir a MP 1286/24. Saiba o que está em jogo!

Pág 6

### ADICIONE NOSSO CONTATO

Receba diariamente o boletim "A Voz do Sintsef-CE".  
Salve nosso contato e envie um Oi, com seu nome, cidade e órgão.

**(85) 99179-1973**



## É hora de intensificar a mobilização para avançar nas conquistas!

Chegamos a 2025 após um período marcado pela resistência e luta dos servidores e empregados públicos federais, com greves e grandes mobilizações em todo o país que resultaram em conquistas para a categoria. Entre elas, a recomposição salarial com índices de ganho real (acima da inflação) para servidores ativos, aposentados e pensionistas, que enfrentaram seis anos de congelamento salarial e retirada de direitos com as reformas trabalhista e previdenciária do governo anterior. Essas vitórias, ainda que parciais, são fruto direto da organização e da luta dos trabalhadores e de seus sindicatos.

O Governo Federal publicou, em 31 de dezembro de 2024, a Medida Provisória nº 1.286, que traz mudanças significativas para o serviço público federal. A MP trata de reajustes salariais, transformação de cargos e criação de novas carreiras, cumprindo acordos firmados com as entidades nacionais da categoria. Um dos pontos centrais é o reajuste salarial para todos os servidores federais ativos, aposentados e pensionistas, dividido em duas etapas: 9% a partir de janeiro de 2025 e 5% em abril de 2026.

### Motivo do atraso no pagamento do reajuste salarial

Os valores reajustados ainda não foram pagos porque a Lei Orçamentária Anual (LOA) segue em tramitação no Con-

gresso Nacional. A MP determina que os efeitos financeiros comecem em janeiro de 2025, mas sua execução depende da votação, sanção e promulgação da LOA.

Os servidores públicos federais manifestaram indignação diante da declaração do relator do Orçamento 2025, senador Angelo Coronel (PSD), durante o 8º Encontro de Prefeitos da Bahia, em Salvador, no dia 29 de dezembro de 2024. Em matéria publicada pelo Estadão, Coronel afirmou que o Orçamento 2025 não será votado "se não tiver acordo para liberar emenda", referindo-se ao bloqueio de emendas parlamentares pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A reportagem destaca que Angelo Coronel, aliado direto de Bolsonaro, já comunicou à equipe econômica do governo que a votação só ocorrerá caso os recursos sejam desbloqueados. "Se não tiver acordo para liberar emenda, o Orçamento fica na gaveta", declarou. Estranhamente, esse impasse ocorre logo após o STF bloquear mais de R\$ 4 bilhões em emendas com fortes indícios de irregularidades.

Além de impedir o empenho e pagamento de despesas, a não aprovação do Orçamento inviabiliza investimentos. No caso do funcionalismo, mais de 1,2 milhão de servidores ativos, aposentados e pensionistas aguardam a aprovação da proposta orçamentária para que os reajustes previstos na MP sejam efetivados.

Em 3 de março de 2025, o STF decidiu, por unanimidade, homologar um plano de trabalho para aumentar a transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares ao Orçamento da União. A medida, elaborada em conjunto pelos poderes Legislativo e Executivo, levou o relator a anunciar que colocará a LOA em votação, ainda no mês de março.

### Carta aberta dos servidores ao presidente Lula

No dia 26 de fevereiro de 2025, entidades dos servidores federais, entre elas o SINDSEP/DF e a CONDSEF, entregaram uma Carta Aberta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Secretaria-Geral da Presidência da República. O documento foi recebido pelo chefe de gabinete da pasta, Marcelo Fragozo dos Santos.

As entidades sindicais aproveitaram a ocasião para expor os principais pontos da Carta, que faz uma análise crítica do processo de negociação salarial conduzido em mesas específicas. Segundo os representantes, esse processo aprofundou distorções salariais e fragmentou os servidores com base em critérios como faixa etária, nível de escolaridade e atribuições, consolidando castas burocráticas dentro do serviço público e comprometendo a eficácia das políticas públicas.

A política de fragmentação adotada pelo Ministério da

Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) ao longo de 2024 ampliou as disparidades salariais entre cargos e carreiras do poder executivo.

A Carta denuncia a tendência de elitização do Estado brasileiro e reivindica uma audiência com a Presidência da República para debater medidas que garantam um serviço público representativo da diversidade da classe trabalhadora. O documento afirma:

"Presidente Lula, em linha com os compromissos assumidos em campanha para valorizar os servidores e os serviços públicos, reivindicamos a adoção das seguintes medidas:

1) Regulamentação da Convenção nº 151 da OIT, garantindo negociação coletiva e direito de greve no serviço público;

2) Realização de concursos públicos para todos os níveis de escolaridade, com remuneração igual para funções e atribuições semelhantes, reduzindo a terceirização e fortalecendo o quadro funcional;

3) Interrupção do processo de elitização do Estado, garantindo um corpo funcional que reflita a diversidade do povo brasileiro e assegure um serviço público representativo, inclusivo e de qualidade;

4) Realização de audiência para apresentação das propostas de Diretrizes para os Planos de Carreira."

*A Direção Colegiada*

### EXPEDIENTE

**Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - Rua 24 de Maio, 1201. Centro. Cep: 60.020-000 Fortaleza/CE - Fone: 85 3255.7300 Direção Colegiada - Coord. Geral:** Francisco Flávio Inácio de Lima e Roberto Luque de Sousa

**Coord. Jurídica:** Francisco Adriano Duarte Fernandes, José de Assis e Sandra Lúcia da Silva Mota **Coordenação de Comunicação:**

Lucy Mary Gomes Matos e Petrônio Ferreira Soares **Coord. de Formação Política:** José Afonso Barbosa da Costa, Luiz Lula de Souza Filho **Coord. de**

**Finanças:** Josemar Martins Lima, Raimundo Nonato Costa Júnior **Coord. Sócio-cultural:** Francisco José Alexandre Sousa, José Eugênio Tavares Barbosa

**Coord. de Aposentados e Pensionistas:** Hervalino da Silva Moreira, Keila Margareth Candido Rolim, Pedro Jorge Guedes Barroso **Coord. Administrativa:**

Lucy Mary Gomes Matos, Daniel da Cruz de Oliveira, José Helio Alves de Araújo **Coordenação de Org. e Sindicalização:** José Artur Camurça Torres,

José Zezito dos Santos, Marcelo da Costa Miranda **Coord. de Saúde do Trabalhador:** Carlos Eugênio Pereira Soares, Cícero Dias Lima, Daniel da Cruz de

Oliveira **Coord. de Mulheres, Gênero, Raça, Diversidade e Juventude:** Barbara Osório Xavier Montezuma, Flávia Teixeira Sabóia, Maria Arlete Pereira

Araújo **Coord. de Empresas Públicas:** Andréia de Sousa Quintela, Elizeu Lima Sousa, Francisca Gerina Gomes Braga. **Conselho Fiscal:** Abelardo Alencar

de Lima, Antônia Lúcia Gomes dos Santos, Antônio Lima Santana da Costa Júnior, Benedito Batista de Holanda, José Augusto da Silva, José Rotiélino e

Silva, Liduina Ferreira dos Santos, Manoel Pereira de Queiroz Filho, Maria Luonilde da Silva Sales. **Jornalista responsável:** Júnior Tavares e Leticia Alves

**Diagramação:** Leticia Alves **Tiragem:** 6 mil exemplares **Impressão:** Expressão Gráfica

## CAMPANHA SALARIAL

# SERVIDORES COBRAM APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA GARANTIR REAJUSTE SALARIAL

Os servidores públicos federais conquistaram um reajuste salarial após um ano intenso de negociações e mobilizações. No entanto, o pagamento dos valores segue travado devido à falta de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025. O impasse ocorre no Congresso Nacional, onde interesses políticos têm colocado em risco a execução de um direito legítimo da categoria.

O relator do Orçamento, senador Angelo Coronel (PSD-BA), declarou publicamente que não colocará a LOA em votação enquanto não houver um acordo para liberar bilhões em emendas parlamentares bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa conduta tem gerado críticas de entidades representativas dos servidores, que veem no atraso uma forma de barganha política, afetando diretamente 1,2 milhão de trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

Mas como chegamos a essa situação? O Sintsef-CE preparou um panorama detalhado sobre a luta da categoria e os desafios ainda em curso.

### **Negociações: da rejeição inicial à conquista do reajuste**

As negociações salariais começaram em dezembro de 2023, quando o governo federal apresentou uma proposta de reajuste de 9% dividido em duas parcelas, sendo 4,5% em janeiro de 2025 e 4,5% em maio de 2026. Além disso, foi proposto um aumento de R\$ 1.000 no vale-alimentação em 2024. No entanto, essa medida não contemplava aposentados e pensionistas, já que esses servidores não recebem o benefício, deixando-os sem qualquer reajuste no primeiro ano da proposta. Diante dessa exclusão e da falta de correção salarial em 2024, as entidades sindicais rejeitaram a proposta e intensificaram a mobilização.

Diante disso, os sindicatos apresentaram uma contraproposta de 34,32% de reajuste, dividida entre os anos de 2024 e 2026. O governo, no entanto, manteve sua posição inicial.

A mobilização se intensificou ao longo de 2024, com greves, paralisações e grandes atos nacionais, culminando em uma série de negociações mais avançadas. Em 2024, foi assinado um acordo garantindo:

- 9% de reajuste em janeiro de 2025;
- 5% em abril de 2026;
- Melhorias na progressão de carreiras.

No dia 31 de dezembro de 2024, o governo editou a Medida Provisória 1.286, formalizando essas conquistas. A MP precisa ser aprovada pelo Congresso para que se torne lei permanente.

### **2025: O impasse orçamentário**

Com a virada do ano, os servidores aguardavam o pagamento do reajuste já na folha de janeiro. No entanto, a falta de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 impediu a execução financeira dos reajustes.

O atraso na votação da LOA está ligado a um impasse no Congresso Nacional. O senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do Orçamento, declarou que não colocará a proposta em votação enquanto não houver acordo para liberar emendas parlamentares bloqueadas pelo STF. Essas emendas, que somam mais de R\$ 4 bilhões, foram suspensas por suspeitas de irregularidades. A situação gerou forte reação de sindicatos e entidades de servidores, que consideram inaceitável que os reajustes salariais sejam usados como instrumento de barganha política.

O fato de o Orçamento não ter sido aprovado dentro do prazo regular é uma anomalia no processo legislativo. Nos últimos anos, a LOA sempre foi votada dentro do período estabelecido. A postergação atual compromete não apenas o pagamento dos reajustes, mas também a execução de investimentos essenciais para o funcionamento da administração pública.



### **A reação dos servidores**

Diante do impasse, os servidores intensificaram a mobilização. Entidades como a CONDSEF/FENADSEF, Fonasefe e Fonacate realizaram uma série de ações dentro do Congresso Nacional, como o ato realizado em frente ao Anexo II do Senado Federal no dia 4 de fevereiro, exigindo a imediata votação da LOA e a garantia de que os reajustes sejam pagos de forma retroativa a janeiro de 2025.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) criticou a demora na aprovação do orçamento e classificou a postura do relator como irresponsável, alertando que o atraso prejudica diretamente milhares de servidores que já convivem com anos de defasagem salarial.

Além das manifestações em Brasília, sindicatos estaduais e regionais têm pressionado parlamentares e dialogado com a base da categoria, alertando sobre a necessidade de manter a mobilização ativa.

### **O que acontece agora?**

A expectativa é que, com a volta dos trabalhos legislativos, a pressão sobre os parlamentares aumente. O governo já confirmou que, assim que a LOA for aprovada, os reajustes serão pagos de forma retroativa. No entanto, a categoria precisa se manter atenta e mobilizada, pois novos atrasos podem ocorrer.

O Sintsef-CE reforça a importância da participação dos servidores na luta por seus direitos. A história mostra que as vitórias do funcionalismo público sempre vieram com pressão e unidade. Neste momento, mais do que nunca, é essencial seguir mobilizado para garantir que o reajuste não seja postergado ainda mais.

### **A luta continua!**

O Sintsef-CE seguirá acompanhando de perto a tramitação da LOA e cobrando agilidade na aprovação do orçamento. A categoria conquistou o reajuste com luta e não aceitará que seus direitos sejam usados como moeda de troca no jogo político.

**Sejamos firmes, até a vitória!**

### TABELAS SALARIAIS DOS SERVIDORES FEDERAIS DE ACORDO COM A MP 1286 DE 31/12/24

O Governo Federal publicou, em 31 de dezembro de 2024, a Medida Provisória nº 1.286, que apresenta uma série de mudanças no serviço público federal. A MP aborda reajustes salariais, transformação de cargos e a criação de novas carreiras, cumprindo os acordos assinados pelas entidades nacionais da categoria. Obs: Nesses valores não estão incluídos adicional de tempo de serviço, insalubridade, Gacem e auxílios.

#### CULTURA

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	1536,79	945,31 + 1228,00	<b>3710,10</b>	1613,23	992,58 + 1290,00	<b>3895,81</b>
INTERMEDIÁRIO	2629,31	2814,00	<b>5443,31</b>	2825,50	2955,00	<b>5780,50</b>
SUPERIOR	4620,50	6120,00	<b>10740,50</b>	4999,29	6426,00	<b>11425,29</b>

#### PGPE

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	1536,79	1228,00 + 945,31	<b>3710,10</b>	1613,63	1290,00 + 992,58	<b>3896,21</b>
INTERMEDIÁRIO	2629,31	2814,00	<b>5443,31</b>	2825,50	2955,00	<b>5780,50</b>
SUPERIOR	4620,50	6120,00	<b>10740,50</b>	4999,29	6426,00	<b>11425,29</b>

#### PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	1536,79	2606,00 + 387,00	<b>4529,79</b>	1613,63	2736,00 + 406,35	<b>4755,98</b>
INTERMEDIÁRIO	2629,31	3134,00	<b>5763,31</b>	2825,50	3290,00	<b>6115,50</b>
SUPERIOR	4620,50	6120,00	<b>10740,50</b>	4999,29	6426,00	<b>11425,29</b>

#### PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	1536,79	1228,00 + 945,31	<b>3710,10</b>	1613,63	1290,00 + 992,58	<b>3896,21</b>
INTERMEDIÁRIO	2629,31	2814,00	<b>5443,31</b>	2825,50	2955,00	<b>5780,50</b>
SUPERIOR	4620,50	6120,00	<b>10740,50</b>	4999,29	6426,00	<b>11425,29</b>

#### TECNOLOGIA MILITAR

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	2950,95	1264,00	<b>4214,95</b>	3097,70	1328,00	<b>4425,70</b>
INTERMEDIÁRIO	4748,29	2035,00	<b>6783,29</b>	4903,98	2100,00	<b>7003,98</b>
SUPERIOR	9516,88	4078,00	<b>13594,88</b>	9804,32	4201,00	<b>14005,32</b>

OBS.: RT 2025 – Especialização 2008,09 | Mestrado 3910,42 | Doutorado 8361,14  
 RT 2026 – Especialização 2008,77 | Mestrado 3912,49 | Doutorado 8427,56  
 GQ 2025 – I. 1408,38 | II. 2199,02 | III. 3837,42  
 GQ 2026 – I. 1470,00 | II. 2240,00 | III. 3850,00

## IBAMA

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	2135,53	1985,00	<b>4120,53</b>	2220,95	2064,00	<b>4284,95</b>
INTERMEDIÁRIO	3933,98	3167,00	<b>7100,98</b>	4091,34	3294,00	<b>7385,34</b>
SUPERIOR	8930,50	7439,00	<b>16369,50</b>	9287,72	7737,00	<b>17024,72</b>
OBS.: GQ 2025 – NI. 342,26   NII. 688,45   NIII. 1034,64 GQ 2026 – NI. 355,95   NII. 715,98   NIII. 1076,02						

## DNIT

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	1778,62	1864,00	<b>3642,62</b>	1867,55	1957,00	<b>3824,55</b>
INTERMEDIÁRIO	3692,82	5886,00	<b>9578,82</b>	3877,46	6180,00	<b>10057,46</b>
SUPERIOR	5840,80	11930,00	<b>17770,8</b>	6132,84	12527,00	<b>18659,84</b>
INTERMEDIÁRIO*	3110,99	7565,00	<b>10675,99</b>	3266,54	7943,00	<b>11209,54</b>
SUPERIOR**	8555,79	13616,00	<b>22171,79</b>	8983,58	14297,00	<b>23280,58</b>
OBS.: GQ 2025 – I. 592,44   II. 1184,87 GQ* 2025 – I. 310,94   II. 623,26 GQ** 2025 – I. 842,20   II. 1684,39			GQ 2026 – I. 622,06   II. 1244,11 GQ* 2026 – I. 326,49   II. 654,42 GQ** 2026 – I. 884,31   II. 1768,61			

\*nível intermediário de Agente de Serviços de Engenharia, de Técnico de Estradas e de Tecnologista.

\*\*nível superior de Arquiteto, de Economista, de Engenheiro, de Engenheiro Agrônomo, de Engenheiro de Operações, de Estatístico e de Geólogo.

SUBSÍDIO DOS CARGOS DAS CARREIRAS	Subsídio 2025	Subsídio 2026
Infraestrutura de Transportes	24788,80	26086,10
Suporte à Infraestrutura de Transportes	11962,07	12560,15
Analista Administrativo	20733,67	21272,75
Técnico Administrativo	10921,67	11467,75

## INCRA - PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS DE REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	1759,77	1690,00	<b>3449,77</b>	1847,26	1775,00	<b>3622,26</b>
INTERMEDIÁRIO	3128,31	2987,00	<b>6115,31</b>	3356,56	3206,00	<b>6562,56</b>
SUPERIOR	7287,36	6960,00	<b>14247,36</b>	7820,36	7469,00	<b>15289,36</b>

## AGU

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
AUXILIAR	1701,00	720,00	<b>2421,00</b>	1787,00	720,00	<b>2507,00</b>
INTERMEDIÁRIO	3460,00	2203,98	<b>5663,98</b>	3633,00	2203,98	<b>5836,98</b>
SUPERIOR	6120,00	3442,22	<b>9562,22</b>	6426,00	3442,22	<b>9868,22</b>

## ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS ESPECÍFICOS (Lei 12677/10)

NÍVEL	Vencimento Básico 2025	Gratificações 2025	TOTAL 2025	Vencimento Básico 2026	Gratificações 2026	TOTAL 2026
SUPERIOR	5979,38	9973,00	15.952,38	6469,86	10.440,00	<b>16.909,86</b>

### **O apagamento da memória indígena e a resistência**

O indigenista da Funai, pesquisador do Observatório das Nacionalidades e doutor em Políticas Públicas, Gustavo Guerreiro, concedeu uma entrevista ao Brasil 247 abordando a violência histórica contra os povos indígenas no Brasil e os desafios enfrentados na atualidade. Segundo ele, a luta dos indígenas sempre esbarrou na tentativa sistemática de apagar suas memórias e narrativas, um processo que se mantém até hoje.

Guerreiro destacou que essa invisibilização não ocorre por acaso, mas é parte de um mecanismo estrutural de dominação. Ele utilizou conceitos do sociólogo austríaco Michael Polak para explicar a "hierarquia invisível do luto", que demonstra como certas memórias são silenciadas para atender a interesses políticos. No entanto, a transmissão oral da história dentro das comunidades indígenas tem sido uma forma de resistência, mantendo viva a identidade e a cultura desses povos.

Ao traçar um panorama da política indigenista no Brasil, ele lembrou que, desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), na Proclamação da República, até a substituição pela Funai durante a ditadura militar, os indígenas foram tratados como

um povo que precisava ser "integrado à civilização". Durante a ditadura, a violência se intensificou com deslocamentos forçados, genocídio físico e cultural, e ações brutais como bombardeios com napalm contra os Waimiri-Atroari e a disseminação intencional de doenças.

A Constituição de 1988 representou um marco ao reconhecer os direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios e garantir sua autodeterminação. No entanto, Guerreiro ressaltou que a promessa de que todas as terras indígenas seriam demarcadas em cinco anos não foi cumprida, e décadas depois, essa luta ainda persiste.

Ao avaliar o cenário atual, ele reconheceu avanços, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a retomada de algumas demarcações, mas alertou que os desafios continuam enormes. A bancada ruralista no Congresso se fortaleceu e atua de forma agressiva contra os direitos indígenas. Para ele, embora Lula seja de esquerda, seu governo é composto por uma frente ampla, o que impõe restrições. Apesar disso, reforçou a importância da mobilização permanente: "Como dizia Gramsci: pessimismo da razão, otimismo da ação".

## — MARÇO DAS MULHERES

### **8 de Março: Sintsef-CE participa de mobilização pelo Dia Internacional da Mulher Trabalhadora**



O Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, mais do que uma data de celebração, é um marco de resistência e mobilização para a luta das mulheres por direitos, igualdade e justiça social. Como faz todos os anos, o Sintsef-CE esteve nas ruas ao lado das trabalhadoras, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos da categoria e da classe trabalhadora como um todo.

A programação do 8 de março começou cedo, com um café especial na sede do sindicato, reunindo filiadas, militantes e representantes de movimentos sociais para um momento de reflexão sobre a trajetória da luta feminista e os desafios atuais. Na sequência, as participantes seguiram em caminhada até a Praça da Bandeira, onde aconteceu a concentração para a grande passeata que percorreu o centro de Fortaleza.

Com palavras de ordem e faixas que denunciavam a violência contra as mulheres, o sucateamento das políticas públicas e a precarização do trabalho, o ato reuniu diversas organizações sindicais, coletivos feministas e movimentos

populares sob um tema central:

**"Mulheres contra as guerras, o racismo e as violências: por democracia e sem anistia para golpistas!"**

O Sintsef-CE reafirmou suas bandeiras históricas, destacando a necessidade de revogação das reformas Trabalhista e Previdenciária, a regulamentação da negociação coletiva para os servidores públicos, a valorização do trabalho das mulheres, o combate à precarização das condições de trabalho e a luta pelo fim da jornada exaustiva 6x1.

A manifestação seguiu até a Praça do Ferreira, onde aconteceu um ato político-cultural com a presença de lideranças sindicais, apresentações artísticas e homenagens a mulheres que se destacam na luta por um país mais justo e igualitário.

#### **A LUTA NÃO TERMINA NO 8 DE MARÇO**

O Sintsef-CE reforça que a mobilização não se encerra no dia 8 de março, mas segue firme em ações que promovem a participação das mulheres no movimento sindical e em espaços de poder. Como parte dessa agenda contínua, o sindicato participou também da programação especial na semana seguinte ao dia 8:

13 de março: Reunião mensal dos aposentados e pensionistas do Sintsef-CE, com uma Roda de Conversa com Poesia, com a escritora e professora de português e literatura, Zilda Maria Dutra Rocha;

14 de março: Ato "Amanhecer com Marielle Franco", em memória da vereadora assassinada, e uma feira de artesanato e serviços na Praça do Ferreira.

O Sintsef-CE segue na linha de frente da luta feminista e sindical, defendendo que a luta das mulheres é, acima de tudo, a luta de toda a classe trabalhadora. Somente com mobilização, unidade e pressão será possível avançar em conquistas reais e barrar retrocessos. Unidas e unidos, seguimos na defesa da democracia, dos direitos das mulheres e da construção de um país mais justo para todas e todos.

## CONAB

### **Burocracia trava negociação do ACT da Conab, e sindicatos pressionam por solução**

A negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2025 dos empregados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) segue sem avanços concretos, enfrentando sucessivas prorrogações e entraves burocráticos que dificultam a conquista de melhorias para a categoria. A principal barreira segue sendo a Resolução CGPAR nº 52, que impõe regras rígidas às negociações coletivas das empresas estatais, comprometendo a autonomia da Conab e limitando os direitos dos trabalhadores.

Desde o início das tratativas, a empresa tem utilizado a resolução como argumento para restringir a negociação e postergar decisões importantes, resultando em um processo arrastado e sem respostas definitivas às demandas dos empregados. Até o momento, o ACT anterior já foi prorrogado seis vezes, e os trabalhadores seguem sem garantias de avanços concretos.

Diante dessa postura, as entidades sindicais Fenadsef, ASNAB e Fisenge encaminharam, em 25 de fevereiro de 2025, um ofício à Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e à Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), Elisa Vieira Leonel, alertando para os impactos negativos da CGPAR nº 52 nas negociações. No documento, as entidades solicitam que o Ministério intervenha para garantir um processo negocial mais ágil e equilibrado, respeitando a au-

tonomia da Conab e assegurando que os direitos da categoria sejam preservados.

As organizações sindicais destacam que a CGPAR nº 52 burocratiza a negociação coletiva ao exigir justificativas detalhadas e cálculos financeiros para cada cláusula do ACT, tanto para as reivindicações dos trabalhadores quanto para as propostas da empresa. Isso torna o processo lento, travado e inviabiliza a conquista de novos direitos, comprometendo a valorização dos empregados da Conab.

Apesar da solicitação formal enviada ao governo, até o momento não houve resposta oficial do Ministério da Gestão sobre medidas concretas para destravar a negociação. Diante desse cenário, a Comissão Nacional de Negociação (CNN), composta por representantes dos empregados, segue mobilizada e alerta a categoria para a necessidade de intensificar a pressão por avanços concretos no acordo coletivo.

O Sintsef-CE reforça seu compromisso com os trabalhadores da Conab e seguirá acompanhando de perto cada etapa do processo, cobrando das autoridades competentes um desfecho justo e coerente com as demandas da categoria. A mobilização segue sendo a principal ferramenta para garantir que o ACT 2024/2025 avance e seja aprovado sem novos retrocessos. ■

## EBSERH

### **Negociações na Ebserh seguem sem definição, e categoria mantém mobilização**



A luta dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) segue intensa, com negociações ainda sem avanços concretos na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). A categoria reivindica melhores condições de trabalho, reajuste salarial, progressão na carreira e reconhecimento da insalubridade e periculosidade para diversas funções. Enquanto a empresa demonstra pouca disposição para atender às demandas, os trabalhadores seguem mobilizados e cobrando soluções efetivas.

Desde a última reunião com a direção da Ebserh, realizada em 5 de fevereiro, foram discutidos temas centrais como Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), teletrabalho, insalubridade e periculosidade (POP 16), Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e folga para Responsável Técnico (RT), coordenador e pregoeiro. No entanto, até o momento, a maior parte das demandas segue sem resposta definitiva, aumentando a insatisfação da categoria.

O Sintsef-CE esteve presente na reunião e cobrou soluções concretas, especialmente no que diz respeito ao PCCS, ponto essencial para garantir uma estrutura de progressão justa para os empregados da Ebserh. Outra demanda urgente é a suspensão do POP 16, que afeta diretamente o reconhecimento da exposição a agentes nocivos, prejudicando o direito a adicionais de

insalubridade e periculosidade. Atualmente, as normas desse procedimento restringem a concessão do benefício, ignorando os riscos reais enfrentados pelos profissionais da saúde.

Além disso, os sindicatos continuam cobrando da empresa o cumprimento dos acordos firmados após a última greve da categoria, já que diversos compromissos ainda não foram implementados. Essa postura da Ebserh gera insatisfação entre os trabalhadores, que continuam pressionando para que a negociação coletiva não seja apenas uma formalidade, mas que se cumpra o que foi acordado. A Condsef/Fenadsef e suas filiadas reforçam que a empresa deve respeitar o processo negocial e garantir que os direitos conquistados não sejam ignorados.

Outro ponto de preocupação para a categoria é a necessidade de atualização da norma de movimentação para garantir prioridade aos servidores PCDs. Também foi reiterado o requerimento para que a empresa cumpra o ACT e o ordenamento jurídico, assegurando o direito às férias especiais semestrais para trabalhadores expostos às radiações ionizantes e que a insalubridade desses profissionais seja calculada sobre o salário-base. Além disso, a Condsef/Fenadsef solicitou um fluxograma detalhado por hospital universitário, especificando o quantitativo de solicitações de ampliação e redução de carga horária, bem como a justificativa para casos de indeferimento.

A próxima reunião da MNNP está agendada para o dia 18 de março, e a categoria segue mobilizada para pressionar por avanços reais nas negociações. O Sintsef-CE reforça que a luta pela valorização dos trabalhadores da Ebserh não é apenas uma questão salarial, mas também um fator determinante para a manutenção da qualidade da saúde pública no Brasil. A mobilização continua e seguirá sendo a principal ferramenta para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados. ■

# e mais...

## CONDSEF/FENADSEF propõe emendas para corrigir MP1286/24 e realiza mobilização no Congresso

A Medida Provisória (MP) 1286/24, publicada no último dia de 2024, trouxe reajustes salariais e modificações nas carreiras do serviço público federal. No entanto, o texto final da MP ignora demandas essenciais de diversas categorias e cria distorções que precisam ser corrigidas. Para enfrentar esses problemas, a Condsef/Fenadsef elaborou e apresentou 10 emendas ao Congresso Nacional, com o apoio de parlamentares comprometidos com a defesa dos servidores.

Agora, a luta se intensifica para garantir que essas emendas sejam aprovadas. A Confederação reforça a necessidade de pressão constante sobre deputados, senadores e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para evitar retrocessos e assegurar conquistas importantes para a categoria.

### AS PRINCIPAIS EMENDAS APRESENTADAS

As 10 emendas propostas pela Condsef/Fenadsef visam corrigir injustiças e garantir direitos aos servidores de diferentes áreas do serviço público. Confira os principais pontos:

✔ **Gacen:** Propõe ajustes na Gratificação de Atividade em Local de Difícil Provedimento, garantindo melhores condições para servidores que atuam em regiões de difícil acesso. A gratificação é essencial para compensar a precariedade estrutural desses locais e assegurar a fixação de profissionais.

✔ **Carreira de Tecnologia da Informação:** Defende a reorganização e valorização da carreira de TI, evitando desigualdades entre profissionais que exercem funções equivalentes, mas que ficaram de fora da estruturação prevista na MP.

✔ **INCRA:** Propõe a revisão da criação da carreira de Perito Federal Territorial, alertando para a duplicidade de atribuições com os cargos já existentes no INCRA. Além disso, a nova função poderia permitir ingresso sem concurso público, prejudicando a transparência e isonomia no serviço público.

✔ **Pecma:** Exige que os servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA tenham os mesmos reajustes aplicados à Carreira de Especialista em Meio Ambiente. Isso evitaria distorções salariais e garantiria isonomia entre profissionais que exercem atividades semelhantes.

✔ **Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa:** Pede a supressão da criação dessa nova carreira, argumentando que ela duplica funções já existentes, criando divisões artificiais dentro do serviço público e prejudicando a lógica de reestruturação de cargos.

✔ **Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico:** Também solicita a exclusão dessa nova carreira, por repetir atribuições de outras carreiras já estabelecidas, o que poderia gerar desigualdades salariais entre servidores que exercem funções equivalentes.

✔ **Carreira de Infraestrutura e Desenvolvimento Socioeconômico:** Sugere substituir a criação da carreira anterior por uma reestruturação mais coerente, agrupando funções equivalentes e evitando distorções salariais e administrativas.

✔ **DNOCS:** Propõe a manutenção da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) dos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), corrigindo distorções históricas que impactam a remuneração desses profissionais.

✔ **Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa:** Assim como a proposta anterior, pede a supressão da nova carreira, por não atender às diretrizes de racionalização do serviço público e gerar sobreposição de funções.

✔ **Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico:** Propõe a exclusão dessa estrutura, uma vez que ela não se alinha às diretrizes do Ministério da Gestão e Inovação, causando mais fragmentação e dificuldades administrativas.

### MOBILIZAÇÃO É ESSENCIAL PARA APROVAR AS EMENDAS

A Condsef/Fenadsef alerta que, sem mobilização, as chances de aprovação das emendas diminuem. A atuação dos servidores junto aos parlamentares é essencial para corrigir falhas na MP 1286/24 e evitar prejuízos à categoria. Outro desafio urgente é a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025. Enquanto o orçamento não for votado, os reajustes previstos seguirão no papel, sem impacto real nos contracheques.

A preocupação com a Funasa também segue como pauta prioritária. Entre as demandas urgentes estão a reestruturação do órgão, a análise das condições de trabalho e o retorno dos servidores redistribuídos, que ainda aguardam reassentamento após a reversão da extinção da instituição. Outro ponto crucial é a situação dos servidores intoxicados por produtos químicos durante o período em que a Funasa atuava no combate a endemias. A Confederação segue pressionando pela aprovação da PEC 101/2019, que garante plano de saúde e dignidade aos servidores da ex-Sucam, vítimas de contaminação durante o trabalho.

Já o Dnocs, responsável por obras fundamentais como construção de açudes, perfuração de poços e desenvolvimento da produção agrícola irrigada, enfrenta hoje um cenário de abandono. A luta da categoria é por sua reestruturação, readequação de funções, ampliação dos investimentos e realização de concurso público, garantindo que o Dnocs siga desempenhando seu papel essencial no desenvolvimento regional.

A Confederação alerta que "sem pressão, não há solução". A luta pelos direitos dos servidores não pode depender apenas das negociações internas entre governo e sindicatos. É fundamental que os servidores cobrem seus parlamentares, acompanhem a tramitação da MP e participem ativamente das mobilizações organizadas pelas entidades sindicais.